COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 6.676, DE 2009

Altera a lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, dispondo sobre a comercialização de energia elétrica.

Autor: Deputado PAES DE LIRA

Relator: Deputado CLAUDIO CAJADO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame pretende alterar o artigo 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com a finalidade de estabelecer a obrigatoriedade de as concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, de distribuição e de comercialização de energia elétrica fornecerem ao consumidor, diariamente, por meio eletrônico, informações sobre o número de vezes, os horários de início e término e os locais das interrupções no fornecimento e, mensalmente, por meio eletrônico ou impresso, suas razões.

Em sua justificção, o projeto de lei assinala que a queda de energia acarreta efeitos danosos tanto em hospitais, onde o suprimento de energia é essencial à sobrevivência de muitas pessoas, quanto no comércio, onde pode causar o perecimento de todos os alimentos do setor de congelados. Defende que o consumidor, que arca com os ônus da interrupção no fornecimento de energia, tem o direito de ser cientificado da ocorrência, duração e horário das quedas de energia, para estarem em condições de postular, administrativa ou judicialmente, a devida reparação.

A proposição foi despachada inicialmente à Comissão de Defesa do Consumidor para a análise do mérito, onde não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, temos a louvar a iniciativa do autor, Dep. Paes de Lira, de proporcionar aos consumidores de energia elétrica informações detalhadas sobre as interrupções no fornecimento. Tais informações são, sem dúvida, de utilidade para o exercício de seus direitos e para o julgamento da qualidade dos serviços prestados.

Entretanto, é necessário mencionar que a obrigatoriedade proposta pelo projeto de lei já foi devidamente instituída, em bases mais técnicas e abrangentes, pela agência reguladora do setor elétrico. De fato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, mediante a Resolução nº 395, de 2009, já regulamentou a matéria, ao dispor sobre a obrigação das concessionárias de distribuição de energia de informar os consumidores sobre a frequência e duração das interrupções no fornecimento que afetaram a unidade consumidora no último mês.

Compulsando a Resolução nº 395/09, pode-se constatar a instituição de três indicadores de continuidade do serviço de distribuição de energia, a serem apurados para todas as unidades consumidoras, a saber:

- a) Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão (DIC);
- b) Frequência de Interrupção individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão (FIC); e
- c) Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão (DMIC).

Estes indicadores devem constar das faturas mensais dos consumidores, conforme determina o item 5.13 da referida resolução, transcrito a seguir:

“5.13 Informação dos indicadores aos consumidores.

5.13.1 Os sistemas ou mecanismos de atendimento deverão disponibilizar informações e esclarecimentos sobre os indicadores de continuidade de fornecimento de energia elétrica para todos os conjuntos de consumidores.

5.13.2 A distribuidora deverá informar na fatura dos consumidores, de forma clara e autoexplicativa, os seguintes dados:

- a) limites mensais, trimestrais e anuais definidos para os indicadores de continuidade individuais;
- b) valores apurados mensais de DIC, FIC e DMIC;
- c) o direito do consumidor de solicitar à distribuidora a apuração dos indicadores DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo;
- d) o direito do consumidor de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora, para apuração mensal, trimestral e anual;
- e) valor mensal do CM;
- f) período de referência da apuração.

5.13.2.1 As informações listadas no item 5.13.2 e a eventual compensação de que trata o item 5.11.1 devem corresponder ao mesmo período de apuração, e ser informadas em até dois meses após o referido período.

5.13.3 A distribuidora deverá informar por escrito, em até 30 (trinta) dias, sempre que solicitados pelo consumidor, os indicadores individuais discriminados no item 5.5.1 e o valor do CM.

5.13.3.1 Para os indicadores DIC e FIC, deverão ser apurados e informados aos consumidores os valores apurados e os respectivos limites mensais, trimestrais e anuais referentes ao último ano civil, bem como os valores mensais e trimestrais, até o mês subsequente à sua apuração, do ano em curso.

5.13.3.2 Para o indicador DMIC deverão ser apurados e informados aos consumidores os valores apurados e os respectivos limites mensais referentes ao último ano civil, bem como os valores mensais, até o mês subsequente à sua apuração, do ano em curso.”

Do texto apresentado pode-se inferir que nas faturas mensais devem constar informações sobre os indicadores acima – DIC, FIC e DMIC –, bem como a informação sobre o direito do consumidor de receber uma compensação pela ultrapassagem dos limites estabelecidos na Resolução.

Há ainda a observar que a informação na fatura mensal, como determina a resolução, é mais acessível para a maioria dos consumidores que sua disponibilização “em meio eletrônico”, como propõe o projeto de lei.

Estamos portanto diante da desnecessidade de aprovar uma norma legal sobre a matéria, uma vez que a Resolução Aneel nº 395/09 já trata, de forma satisfatória, da prestação de informações que o projeto de lei deseja instituir.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.676, de 2009.

Deputado CLAUDIO CAJADO
Relator